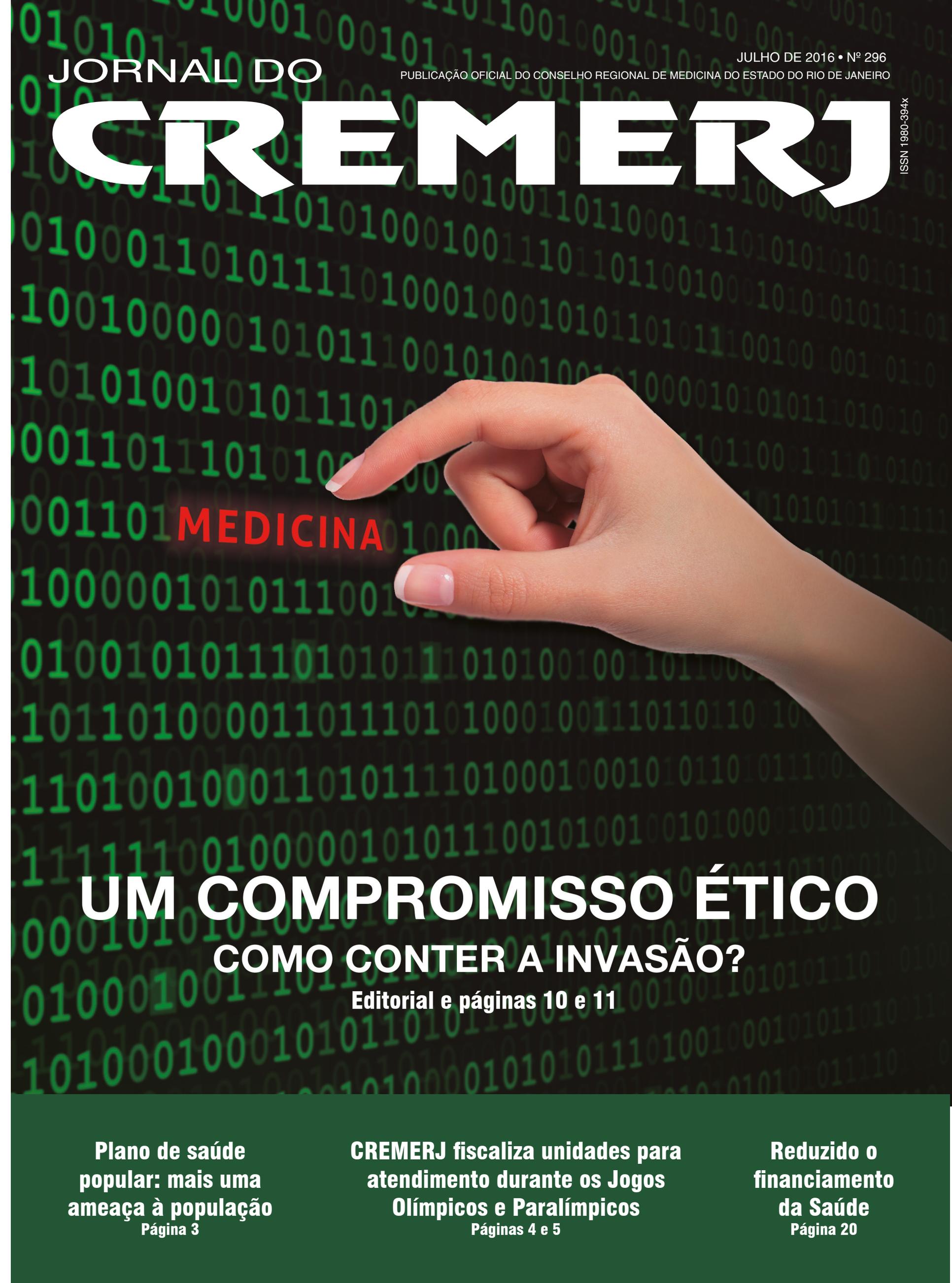


JORNAL DO

JULHO DE 2016 • Nº 296
PUBLICAÇÃO OFICIAL DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CREMERJ

ISSN 1980-394X



MEDICINA

UM COMPROMISSO ÉTICO COMO CONTER A INVASÃO?

Editorial e páginas 10 e 11

**Plano de saúde
popular: mais uma
ameaça à população**
Página 3

**CREMERJ fiscaliza unidades para
atendimento durante os Jogos
Olímpicos e Paralímpicos**
Páginas 4 e 5

**Reduzido o
financiamento
da Saúde**
Página 20

EDITORIAL • Além de sofrer com a precária estrutura do SUS, a população também está convivendo com propostas de uma desassistência ainda maior e com o exercício ilegal da medicina

Desserviço à saúde em três atos

Muitas tentativas de invasões ao ato médico têm sido vistas em todo o país. Disseminadas pelas redes sociais, elas abrem uma perigosa corrida para que pessoas sem informação aceitem se submeter a procedimentos e tratamentos que só poderiam ser feitos por médicos, na maioria das vezes, atraídas pelos preços e parcelamentos. Casos como aplicação de toxina botulínica por esteticistas, lipoaspiração de pescoço por dentistas, cursos para aprender a fazer exame de ultrassonografia em duas horas, tratamentos medicamentosos por farmacêuticos e enfermeiros são alguns exemplos.

Sabemos que a assistência à saúde é multiprofissional e requer uma ação integrada dos variados ofícios da área da saúde. No entanto, os limites de cada profissão são regulamentados por lei federal e devem ser obedecidos.

O CREMERJ sempre defendeu a regulamentação da medicina, que, apesar de ser uma das profissões mais antigas da história da humanidade, só foi regulamentada em 2013.

Recentemente, o Conselho Federal de Medicina passou a reunir o departamento jurídico de seis Conselhos, den-



Pablo Vazquez Queimadelos,
presidente do CREMERJ

tre eles o do Rio de Janeiro, para definir estratégias na defesa do ato médico. Esta é uma luta importante, que visa garantir o direito da população de ser atendida com segurança e qualidade, por profissionais formados e capacitados para diagnóstico e tratamento.

Há ainda outra ameaça de assistência sem a adequada qualidade em curso. Mais uma vez, o ministro da Saúde

lança uma ideia com tendência à privatização do setor: criar planos de saúde baratos para a população de baixa renda. Dessa forma, o governo pretende passar a sensação de segurança em relação à assistência médica, mas, na verdade, estará retirando financiamento do SUS e aplicando na saúde suplementar, inclusive subsidiando as empresas. Mas quando o paciente precisar de atendimento de custo mais elevado, como o cirúrgico e o oncológico, por exemplo, o plano de saúde vai encaminhá-lo à rede pública.

O CREMERJ não se furta a realizar todas as ações possíveis para evitar a concretização dessa proposta e seguirá na defesa do SUS de qualidade, com acesso universal e para todos.

No Rio de Janeiro, o CREMERJ cobrou e segue cobrando dos governos assistência médica adequada durante a Olimpíada e a Paralimpíada.

Contudo, um mês antes da abertura dos Jogos Olímpicos, as visitas de fiscalização do Conselho evidenciaram a superlotação das emergências e o déficit de recursos humanos e de materiais. O secretário municipal de Saúde, ao invés de responder às demandas dos relatórios das nossas visitas, optou por desqualificar os

mesmos, afirmando que a rede estava ótima e preparada para o atendimento.

A Comissão de Fiscalização do CRM é altamente técnica, formada por três médicas fiscais concursadas e por dois funcionários administrativos, todos especializados em vistorias. O trabalho da equipe é respaldado pela legislação e por resoluções do CREMERJ e do CFM e reflete, de forma fidedigna, as condições dos hospitais e da equipe médica. Seria muito melhor e mais ético que o secretário nos ouvisse e se reunisse conosco de forma profissional e técnica, em vez de descaracterizar a atividade de uma autarquia federal e tentar criar uma situação leviana e despropositada.

O CREMERJ realmente acredita que, apesar da superlotação dos hospitais e da falta de recursos humanos, insumos, serviços e equipamentos, com empenho das três esferas de governo e com a contratação de mais médicos antes dos eventos esportivos, seja possível que a Olimpíada seja bem-sucedida, sem nenhuma catástrofe na área da saúde. Mas continuaremos fiscalizando e denunciando as falhas e defendendo melhores condições de assistência médica para a população, porque esta é uma atribuição do Conselho.

CREMERJ	SECCIONAIS	SUBSEDES
<p>DIRETORIA Presidente: Pablo Vazquez Primeira Vice-Presidente: Ana Maria Cabral Segundo Vice-Presidente: Nelson Nahon Diretor Secretário Geral: Serafim Ferreira Barros Diretora Primeira Secretária: Marília de Abreu Diretor Segundo Secretário: Gil Simões Batista Diretora Tesoureira: Erika Monteiro Reis Diretor Primeiro Tesoureiro: Carlos Enaldo de Araújo Pacheco Diretora de Sede e Representações: Ilza Fellows Corregedor: Renato Graça Vice-Corregedor: José Ramon Blanco</p> <p>CONSELHEIROS Abdu Kexfe, Alexandre Pinto Cardoso, Alkamir Issa, Aloísio Tibiriçá Miranda, Ana Maria Correia Cabral, Armando de Oliveira e Silva (+), Armando Fernando Mendes Correia da Costa, Carlos Cleverton Lopes Pereira, Carlos Enaldo de Araújo Pacheco, Carlos Eugênio Monteiro de Barros, Celso Nardin de Barros (<i>indicado Somerj</i>), Edgard Alves Costa, Erika Monteiro Reis, Felipe Carvalho Victor, Fernando Sérgio de Melo Portinho, Gil Simões Batista, Gilberto dos Passos, Guilherme Eurico Bastos da Cunha, Ilza Boeira Fellows, Joé Gonçalves Sestello, Jorge Wanderley Gabrich, José Marcos Barroso Pillar, José Ramon Varela Blanco (<i>indicado Somerj</i>), Kássie Regina Neves Carginin, Luiz Antônio de Almeida Campos, Luís Fernando Soares Moraes, Makhoul Moussallem, Márcia Rosa de Araújo, Marcos Botelho da Fonseca Lima, Marília de Abreu Silva, Nelson Nahon, Olavo Guilherme Marassi Filho, Pablo Vazquez Queimadelos, Paulo Cesar Geraldês, Renato Brito de Alencastro Graça, Ricardo Pinheiro dos Santos Bastos, Rossi Murilo da Silva, Serafim Ferreira Borges, Sergio Albieri, Sergio Pinho Costa Fernandes, Sidnei Ferreira, Vera Lúcia Mota da Fonseca</p>	<p>• Angra dos Reis – Tel: (24) 3365-0330 Coordenadora: Ilmar Bezerra dos Santos Lima Rua Professor Lima, 160 - sls 506/507</p> <p>• Barra do Pirai – Tel: (24) 2442-7053 Coordenador: Sebastião Carlos Lima Barbosa Rua Tiradentes, 50/401 - Centro</p> <p>• Barra Mansa – Tel: (24) 3322-3621 Coordenador: Bernardo Romeo Calvano Rua São Sebastião, 220 - Centro</p> <p>• Cabo Frio – Tel: (22) 2643-3594 Coordenador: José Antonio da Silva Avenida Júlia Kubitschek, 39/111</p> <p>• Campos – Tel: (22) 2722-1593 Coordenador: Makhoul Moussallem Praça Santíssimo Salvador, 41/1.405</p> <p>• Duque de Caxias – Tel: (21) 2671-0640 Coordenador: Benjamin Baptista de Almeida Rua Marechal Deodoro, 557, salas 309 e 310</p> <p>• Itaperuna – Tel: (22) 3824-4565 Coordenador: Carlos Eugênio Monteiro de Barros Rua 10 de maio, 626 - sala 406</p> <p>• Macaé – Tel: (22) 2772-0535 Coordenador: Gumermino Pinheiro Faria Filho Rua Dr. Luís Belegard, 68/103 - Centro</p> <p>• Niterói – Tel: (21) 2717-3177 e 2620-9952 Coordenador: Alkamir Issa Rua Cel. Moreira César, 160/1210</p> <p>• Nova Friburgo – Tel: (22) 2522-1778 Coordenador: Thiers Marques Monteiro Filho Rua Luiza Engert, 01, salas 202/203</p>	<p>• Barra da Tijuca Tel: (21) 2432-8987 Av. das Américas 3.555/Lj 226 Representante: Celso Nardin de Barros</p> <p>• Campo Grande Tel: (21) 2413-8623 Av. Cesário de Melo, 2623/s. 302 Representante: Ana Maria Correia Cabral</p> <p>• Ilha do Governador Tel: (21) 2467-0930 Estrada do Galeão, 826/Lj 110 Representante: Rômulo Capello Teixeira</p> <p>• Jacarepaguá Tel: (21) 3347-1065 Av. Nelson Cardoso, 1.149/s. 608 Taquara Representante: Carlos Enaldo de Araújo</p> <p>• Madureira Tel: (21) 2452-4531 Estrada do Portela, 29/Lj 302 Representante: Doris Zogahib</p> <p>• Méier Tel: (21) 2596-0291 Rua Dias da Cruz, 188/Lj 219 Representante: Domingos Sousa da Silva</p> <p>• Tijuca Tel: (21) 2565-5517 Praça Saens Pena, 45/Lj 324 Representante: Ricardo Bastos</p>
<p>SEDE</p> <p>Praia de Botafogo, 228, loja 119B Centro Empresarial Rio Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22250-145 Telefone: (21) 3184-7050 - Fax: (21) 3184-7120 www.cremerj.org.br Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 9 às 18 horas</p> <p>Central de Relacionamento Telefone: (21) 3184-7050 centralderelacionamento@crm-rj.gov.br Atendimento: das 9h às 18h Ouvidoria Telefone: (21) 3184-7182 ouvidoria@crm-rj.gov.br</p>		

Publicação Oficial do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
 Conselho Editorial - Diretoria, Marcos Araújo e Ângela De Marchi • Jornalista Responsável - Nícia Maria - MT 16.826/76/198
 Reportagem - Nícia Maria, Tatiana Guedes, Sylvio Machado e Rodrigo Reis • Fotografia - José Renato, Henrique Huber e Paulo Silva
 Projeto Gráfico - João Ferreira • Produção - Foco Notícias • Impressão - Edigráfica Gráfica e Editora S.A. • Tiragem - 60.000 exemplares • Periodicidade - Mensal



A EDIGRÁFICA consciente da sua responsabilidade ambiental e social, utiliza papel com certificação FSC, o selo garante que este papel foi impresso com papel certificado, proveniente de florestas manejadas de forma responsável.



* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a opinião do CREMERJ.

SAÚDE PÚBLICA • Ministro da Saúde quer criar planos de saúde populares para desafogar o SUS

Mais uma ameaça à saúde da população

Depois de o ministro da Saúde, Ricardo Barros, ter declarado à imprensa ser favorável à diminuição do Sistema Único de Saúde (SUS), afirmando que o país não conseguiria sustentar os direitos que a Constituição garante de acesso universal à saúde, ele agora defende a criação de planos de saúde populares, com custos menores. A justificativa, segundo ele, é que quanto mais pessoas seguradas em planos privados, menor o orçamento do SUS.

No início de julho, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Barros explicou que a proposta consiste em oferecer planos de saúde com menos serviços do que os definidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ou seja, uma modalidade em que o usuário pagaria uma mensalidade menor, na qual teria direito a uma cesta de serviços mais restrita da que a definida como mínima pela lei. Segundo a proposta inicial, os clientes pagariam um valor entre R\$ 80 e R\$ 120 por mês para realização de consultas ou exames. Caso o usuário necessitasse de uma cobertura mais ampla, poderia escolher entre algumas ofertas que seriam incluídas no convênio.

A proposta é rechaçada pelo CREMERJ, que, ao contrário, busca o fortalecimento do sistema, com ampla cobertura e melhores serviços para toda a população.

– O que o ministro está propondo, na verdade, é acabar com a universalização do SUS, contrariando o preconizado pela Constituição de 1988, que define a saúde como direito de todos e dever do Estado – salienta o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

A proposta de Ricardo Barros tem uma clara tendência à privatização da saúde. Entretanto, aqueles pacientes que precisarem de um atendimento de alta complexidade, como nas áreas oncológica e cirúrgi-

ca, por exemplo, e não tiverem condições de arcar, acabariam recorrendo ao SUS.

– A principal característica do SUS é o atendimento integral, universal e gratuito para a sociedade. O que é necessário é maior investimento no sistema que temos hoje, e não o oposto. Querem enfraquecer o modelo brasileiro de saúde pública, mas não vamos permitir – defende Pablo Vazquez.

Coordenador da Comissão de Saúde Suplementar do CREMERJ e presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), o conselheiro José Ramon Blanco alerta que as operadoras de planos de saúde já não conseguem atender à atual demanda dos seus clientes, pois nunca existiu um real investimento das empresas de saúde privada na expansão da sua rede de atendimento. Além disso, houve um aumento de usuários sem que a rede credenciada tivesse expansão proporcional, o que provoca longas filas de espera para marcar consultas, exames e cirurgias.

– Se com o pagamento de mensalidades elevadas os planos de saúde já têm dificuldades para atendimento, com uma mensalidade mais barata esse problema, com certeza, será agravado – salienta.

Conforme destaca José Ramon, os médicos também seriam afetados por essa medida.

– As negociações de honorários e procedimentos com as empresas sempre foram delicadas. Elas alegam que não conseguem melhores valores em razão das mensalidades, que não cobrem os custos dos serviços utilizados. Então, há um receio de que, principalmente, os médicos recém-formados, que acabam de ingressar no mercado de trabalho, possam se sujeitar a honorários que não condizem com as responsabilidades da prática médica – ressalta.

Crise econômica

Entre maio de 2015 e maio de 2016, ocorreu uma evasão de mais de 1,4 milhão de brasileiros dos planos de saúde. Somente nos primeiros seis meses deste ano, eles perderam 910 mil clientes, segundo dados divulgados pela ANS.

A crise econômica é a principal responsável pela fuga destes usuários, com um impacto refletido diretamente no atendimento aos hospitais públicos.

O Rio de Janeiro foi um dos Estados que mais sofreu com o aumento da demanda nas unidades públicas.

Proposta será levada à Justiça por entidades

A maioria dos planos de saúde é conhecida por situações graves como negação de serviços, redução de cobertura, demora no atendimento, baixa qualidade assistencial e conflitos na relação entre planos e prestadores de serviços.

Se a proposta do ministro for adiante, várias entidades já manifestaram que ingressarão na Justiça, dentre elas o CREMERJ.

– Essa iniciativa, juntamente com a redução e desvinculação do financiamento público, poderá inviabilizar o Sistema Único de Saúde, retirando direitos integrais, universais e equânimes, descritos na Constituição Federal. Trata-se de um verdadeiro retrocesso democrático – ressaltou Pablo Vazquez.

De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a autorização da venda de planos populares visa apenas beneficiar os empresários da saúde suplementar, setor que hoje movimenta R\$ 125 bilhões por ano e já é privilegiado pela renúncia fiscal no cálculo de imposto de renda, por isenções tributárias, créditos, empréstimos e longos parcelamentos de dívidas.

Em conjunto com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Abrasco elaborou uma tabela comparativa (quadro abaixo) entre os planos já existentes, cujos serviços mínimos estão definidos pela ANS, e os planos populares que poderão ser criados, mostrando exemplos de prejuízos a que serão submetidos os cidadãos, caso a proposta do ministro seja aprovada.

O QUE PREVÊ A LEGISLAÇÃO ATUAL DOS PLANOS DE SAÚDE	O QUE PODE ACONTECER NOS PLANOS POPULARES
REDE CREDENCIADA Os planos devem manter rede de hospitais e laboratórios para atender, em curto prazo, em todas as especialidades, toda doença ou problema de saúde	Redução da rede credenciada, negativas de atendimento, longas filas de espera para consultas, exames e cirurgias
MÉDICOS Os planos pagam em média R\$ 50 por consulta médica, o que tem afastado muitos médicos dos convênios	Diminuição deste valor, com perda na qualidade do atendimento e menos opções de médicos, principalmente especialistas
DOENTES CRÔNICOS E IDOSOS Ninguém pode deixar de ser atendido por plano de saúde em função de doença ou idade	Possibilidade de não aceitação de idosos ou doentes crônicos e criação de barreiras para limitar o atendimento
CONSULTAS, PROCEDIMENTOS E INTERNAÇÃO São ilimitados todos os procedimentos, consultas e dias de internação, inclusive em UTI	Limitação do número de consultas médicas ou dias de internação por ano
AIDS E CÂNCER A cobertura para essas doenças é obrigatória	Os contratos poderão excluir essas coberturas
QUIMIOTERAPIA, RADIOTERAPIA, HEMODIÁLISE E TRANSFUÇÃO Cobertura obrigatória, em nível ambulatorial ou hospitalar	Os contratos poderão excluir esses procedimentos
TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS A lei prevê atendimento a portadores de transtornos mentais, dependentes químicos e até lesões decorrentes de tentativas de suicídio	Poderão ser excluídos todos os atendimentos em saúde mental
ÓRTESE E PRÓTESE É obrigatória a cobertura de órteses, próteses e seus acessórios ligados ao ato cirúrgico	Possível exclusão de órteses e próteses
FISIOTERAPIA Cobertura obrigatória e em número ilimitado	Possível exclusão da cobertura ou limitação do número de sessões
TRANSPLANTES Obrigatória a cobertura de transplantes de rim, medula óssea e córnea	Possível exclusão de todos os transplantes
DOENÇAS PREEXISTENTES OU CONGÊNITAS As operadoras são obrigadas a tratar pessoas com doenças preexistentes ou congênitas	Os contratos poderão excluir essas coberturas

FONTE: Idec/Abrasco

SAÚDE PÚBLICA • Todos os hospitais de referência para os eventos que foram vistoriados enfrentam superlotação

CREMERJ fiscaliza unidades para atendimento durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos

O CREMERJ voltou, no mês de julho, a fiscalizar as unidades municipais e as Coordenações de Emergência Regional (CERs) que serão referência para o atendimento médico durante a Olimpíada e a Paralimpíada. A constatação foi que as atuais condições de funcionamento e ocupação não permitem o acolhimento de novos pacientes – seja a população ou os visitantes que vierem ao Rio de Janeiro para os Jogos.

A Comissão de Fiscalização (Cofis) do Conselho esteve nos hospitais municipais Souza Aguiar, Salgado Filho, Miguel Couto, Albert Schweitzer e Lourenço Jorge, além das CERs contíguas a eles. Foi verificado que todos enfrentam grande número de pacientes internados, de forma improvisada, nos corredores, em macas de transporte, poltronas e cadeiras, devido à falta de leitos e de estrutura adequada.

– O CREMERJ acredita que as unidades não estariam enfrentando esses grandes problemas se as verbas destinadas à saúde estivessem sendo repassadas. Mas é possível implementar medidas a tempo de garantir uma adequada assistência médica à população. Temos que exigir que as autoridades tomem providências – ressaltou o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

A crise econômica enfrentada pelo Estado, que afeta as unidades estaduais de saúde, reflete-se no município, sobrecarregando ainda mais esses cinco hospitais.

O vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon frisa que só tem sido

repassado 4% dos 12% do orçamento do Estado na saúde que são estabelecidos por lei.

– O Rio tem um déficit de 100 a 150 leitos de CTI por dia. Além do repasse de verbas, outra medida seria os hospitais federais garantirem leitos de retaguarda para suprir a necessidade das unidades de referência para os Jogos – salientou Nahon.

Ele lembrou, no entanto, que, mesmo a referência de atendimento a atletas e delegações sendo em hospitais particulares, o socorro de emergência é feito, primeiramente, pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e pelo Corpo de Bombeiros e todos são levados para a rede pública antes de serem transferidos.

O coordenador da Comissão de Fiscalização do CREMERJ, Gil Simões, explicou que as vistorias são realizadas por uma equipe técnica composta por três médicas fiscais concursadas e dois funcionários administrativos, que são responsáveis por verificar e relatar, de forma fidedigna, as condições das unidades e da equipe médica. No caso dos hospitais de referência para os Jogos Olímpicos, as fiscalizações ainda contaram com diretores do CREMERJ e médicos da Câmara Técnica de Urgência e Emergência do Conselho.

– Infelizmente, a cidade não vai ganhar nenhum legado na área de saúde com a realização da Olimpíada. E o que está acontecendo é a suspensão de cirurgias e atendimentos eletivos para a liberação de leitos nas unidades referenciadas – diz Simões.

Conselho vem participando há dois anos de reuniões da Rio 2016

O planejamento estratégico para a assistência médica durante os Jogos foi motivo de preocupação do Conselho desde a escolha do Rio de Janeiro como cidade olímpica, em 2008. O CREMERJ participou de reuniões sobre o atendimento à saúde no período da Olimpíada desde 2014.

– Quando percebemos a falta de planejamento na área, a partir de vistorias feitas pelo CRM, marcamos um encontro amplo com as entidades responsáveis pela organização dos Jogos – lembrou Pablo Vazquez.

Na ocasião, foram convocados representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Grupamento de Socorro de Emergência (GSE) do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, do Conselho Federal de Medicina e das três esferas de governo. O plano de atendimento nas unidades referenciadas, que foram escolhidas de acordo com as áreas das competições, foi apresentado no dia 19 de maio, durante a plenária temática “Jogos Olímpicos Rio 2016: Assistência Médica”, promovida pelo Conselho.



Pablo Vazquez, Nelson Nahon e Gil Simões protocolaram os relatórios das fiscalizações

CREMERJ repudia postura do secretário municipal de Saúde do Rio

O CREMERJ se manifesta contra a postura do secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, que se reuniu com a diretoria do Conselho, no dia 18 de julho, em seu gabinete.

O objetivo do CREMERJ era apresentar o resultado das fiscalizações realizadas nos hospitais referenciados para a Olimpíada e apontar os casos críticos, com o intuito de contribuir com a resolução dos problemas destacados nos pareceres técnicos. No entanto, o secretário recebeu os diretores do Conselho de forma grosseira e não chegou a analisar os relatórios.

A função do CREMERJ é fiscalizar a prática da medicina e as condições das unidades de saúde. A Comissão de Fiscalização do CRM, que

elaborou os pareceres sobre as unidades municipais de saúde, é composta por médicas fiscais concursadas, além de funcionários administrativos, todos capacitados e especializados em vistorias. Os relatórios obedecem a critérios técnicos e retratam a realidade das emergências vistoriadas pela entidade.

As fiscalizações levadas ao secretário tiveram, ainda, a participação de diretores do CREMERJ e de médicos membros da Câmara Técnica de Urgência e Emergência.

Apesar do descaso do secretário, a diretoria do CREMERJ protocolou os relatórios na Secretaria Municipal de Saúde, colocando-se à disposição para esclarecimentos.



Em coletiva de imprensa realizada no dia 15 de julho, o CREMERJ divulgou a situação dos hospitais referenciados para a assistência durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Estiveram presentes emissoras de TV, rádios, equipes de sites e jornais nacionais e internacionais que deram voz às preocupações do Conselho. As informações dadas pelos conselheiros que participaram da coletiva foram amplamente divulgadas, inclusive nas redes sociais.

Resumo das condições das unidades fiscalizadas pelo CREMERJ

Hospital Municipal Souza Aguiar

O primeiro hospital municipal fiscalizado foi o Souza Aguiar, localizado no Centro da cidade, no dia 5 de julho.

Na data da vistoria, as salas de emergência de pacientes adultos com média e alta gravidade estavam superlotadas.

Havia pacientes internados em cadeiras, poltronas e até em macas de ambulâncias do Corpo de Bombeiros por falta de leitos.

A sala destinada ao atendimento para casos de múltiplas vítimas estava em obras.

Na emergência pediátrica não havia leitos disponíveis. O CTI infantil permanecia desativado.

Além de déficit de clínicos gerais, pediatras, neurocirurgiões e ortopedistas, foi identificada a falta de medicamentos e equipamentos para o monitoração de pacientes graves.

Na CER Centro, anexa ao hospital, também existia um alto número de pacientes internados em macas de transporte e poltronas por falta de leitos hospitalares. A emergência estava superlotada.

Hospital Municipal Miguel Couto

No dia 7 de julho, foram vistoriados o Hospital Miguel Couto e a CER Leblon, situados na Zona Sul da capital.

No hospital, o número de leitos disponíveis não suportava a demanda já existente na região.

As salas de emergência adulta de média e alta gravidade estavam acima de sua capacidade. O Centro de Terapia Intensiva (CTI) e a Unidade Coronariana (UCO) tinham todos os leitos ocupados e enfrentavam falta de equipamentos, como monitores e cabos de monitoração.

Na CER Leblon, anexa ao Miguel Couto, a sala de emergência adulta de média gravidade estava superlotada.

Havia cinco pacientes no CTI com condições de alta, que não puderam ser transferidos por falta de leitos clínicos.

Também foi verificada falta de equipamentos como cabos de oxímetro para monitoração de pacientes graves do CTI e ventilador mecânico para crianças com menos de 10 quilos.

Hospital Municipal Salgado Filho

O Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, Zona Norte do Rio de Janeiro, foi fiscalizado no dia 6 de julho.

As salas de emergência destinadas a pacientes adultos com média e alta gravidade apresentavam ocupação muito superior à sua capacidade.

Todas as Unidades de Terapia Intensiva tinham ocupação total de leitos.

A Unidade de Pacientes Graves pediátrica foi desativada para dar lugar à sala de trauma de adultos.

Crianças com casos extremamente graves estavam internadas de forma inadequada por ausência de leitos de CTI pediátrico.

Recentemente, foram fechados quatro leitos da Unidade de Pacientes Graves de pediatria do hospital.

Foi constatado um número alto de pacientes internados nos corredores, acomodados em poltronas, cadeiras e



macas de transporte, muito próximos uns dos outros. Segundo planejamento da unidade para casos de múltiplas vítimas, todos os leitos da sala amarela serão levados, de forma improvisada, para o espaço da cantina desativada no hospital. O local não é adequado para internação por se tratar de espaço aberto, em anexo à unidade, sem rede de oxigênio.

Também havia falta de equipamentos para monitoração de pacientes graves. O equipamento para exame de ultrassonografia em pacientes com trauma estava em manutenção.

De acordo com escalas de médicos divulgadas no portal eletrônico da Secretaria Municipal de Saúde, as equipes de ortopedia e neurocirurgia se encontravam incompletas.

Hospital Municipal Lourenço Jorge

O Hospital Municipal Lourenço Jorge foi fiscalizado no dia 11 de julho. Fica localizado na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste, região que concentra o maior número de competições e onde não existe polo de atendimento de urgência e emergência em neurocirurgia, sendo necessário o transporte do paciente até o Hospital Municipal Miguel Couto. Na última vistoria do Conselho na unidade, em abril, foi informado que haveria pelo menos um neurocirurgião por equipe de plantão para avaliação do paciente vítima de trauma, o que não ocorreu.

As salas de emergência destinadas a pacientes adultos com média e alta gravidade estavam com superlotação. Havia pacientes internados no corredor da emergência.

A Unidade Semi-Intensiva estava desativada por conta do déficit de recursos humanos.



Faltavam médicos também no CTI, e as equipes de ortopedia se encontravam incompletas. Não havia cirurgia vascular nos plantões noturnos de sábado e só havia radiologista nas segundas e terças-feiras à noite e nas quintas e sextas-feiras durante o dia.

Foi verificada a ausência de equi-

pamentos para monitoração de pacientes graves e que o aparelho de endoscopia digestiva estava quebrado havia mais de seis meses da data da fiscalização.

A CER Barra, anexa ao Lourenço Jorge, foi vistoriada no dia 8 de julho. As salas de emergência adulta com média e alta gravidade estavam superlotadas.

Hospital Municipal Albert Schweitzer

Recentemente municipalizado, o Hospital Albert Schweitzer, situado na Zona Oeste, teve sua vistoria realizada no dia 11 de julho.

Nele também foi constatada a superlotação nas salas amarela e vermelha, que estavam funcionando no mesmo ambiente devido a obras. A emergência também estava em obras.

Segundo informado, houve redução da equipe médica plantonista em todas as especialidades. Não havia neurocirurgia na unidade e faltavam médicos no CTI adulto.

A sala de trauma estava instalada em local inadequado, onde ficava a sala de medicação, separada por tapumes, cujo espaço era insuficiente entre os leitos.



Foi verificada, ainda, demora na liberação de resultados laboratoriais.

Durante a fiscalização, havia apenas um pediatra de plantão.

SAÚDE PÚBLICA • Corpo clínico diz que Estado tem descuido cada vez mais da saúde

Iecac: falta de equipamentos para exames e cirurgias

O CREMERJ, representado pelo vice-presidente Nelson Nahon e pela diretora Erika Reis, reuniu-se com o corpo clínico do Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro (Iecac) e com a diretora técnica, Maria Eulália Pfeiffer, no dia 13 de julho, para discutir os problemas que ainda persistem na unidade e buscar propostas de melhorias.

Entre as críticas dos médicos da unidade está a falta de segurança e de equipamentos necessários para exames e cirurgias cardiológicas.

– O Iecac é um hospital de alta complexidade, que depende de materiais caros, e não estamos conseguindo comprá-los. A unidade está sem dosímetro e sem materiais básicos como papel para a realização de eletrocardiogramas. Além disso, o ecocardiograma está quebrado – informou a presidente do Corpo Clínico do Iecac, Francisca Bottino, lembrando ainda que os profissionais terceirizados estão sem receber seus salários.

Segundo o vice-presidente do CREMERJ, o atual governo do Rio de Janeiro vem cortando, cada vez mais, a verba destinada à saúde, o que torna



Erika Reis, Maria Eulália Pfeiffer e Nelson Nahon durante reunião com médicos do instituto

estafante a luta dos médicos por um atendimento de qualidade.

– O fato é que o investimento do governo do Estado em saúde, que deveria ser 12% de seu orçamento, não passa de 4%. Esse é o principal complicador. Sabemos que a dedicação dos colegas não deixa que a crise financeira impeça o exercício da nossa profissão, assim atuando da melhor forma possível – observou Nelson Nahon.

Erika Reis também citou os problemas enfrentados em outras unida-

des de grande porte e colocou o CRM à disposição para ajudar na cobrança por melhores condições.

– As fiscalizações realizadas pelo CREMERJ sempre mostram as irregularidades encontradas nos hospitais. Vamos continuar trabalhando para que as autoridades olhem para a saúde da população – disse.

Responsável pela direção técnica do hospital, Maria Eulália Pfeiffer reforçou a importância do apoio do CREMERJ.

– Nos últimos anos, houve a redução das verbas para a saúde, o que

dificulta a gestão das unidades. Mas vamos continuar o nosso trabalho e contamos com o apoio de todas as entidades – concluiu.

No final do encontro, os representantes do CRM e do corpo clínico do Iecac concordaram em elaborar uma carta aberta à população, que será divulgada em redes sociais, além de programar uma reunião com o presidente da Fundação Saúde-RJ, responsável pela administração do Iecac, e a Defensoria Pública do Estado.

Precarização do trabalho, da saúde e da vida do médico

COLUNA DO CONSELHEIRO FEDERAL

SIDNEI FERREIRA
Conselheiro do CREMERJ e do CFM



A precarização do trabalho médico, denunciada desde o século passado, continua a crescer. Vínculos trabalhistas precários são usados na terceirização que os três níveis de governo adotam como modelo de gestão.

A Demografia Médica editada pelo CFM em 2015 nos mostra mais do que número de médicos e sua distribuição pelo país. Exibe a face assombrosa do desrespeito que temos sofrido por décadas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário.

O crescimento do número de médicos tem sido maior que o da população. As escolas médicas oferecem 20 mil novas vagas anuais e em 2020 serão 32 mil, boa parte de má qualidade. Fica fácil prever o desequilíbrio na oferta e na procura, gerando declínio na qualidade, baixo salário e mais precarização.

Metade dos médicos labuta na saúde pública e privada. A outra metade se divide entre uma e outra. Oitenta e quatro por cento se dedicam exclusivamente à medicina.

Analisando o pior cenário, vemos que 24% do total de médicos têm quatro ou mais vínculos. Quando se verifica por faixa etária, observa-se que até 35 anos e de 35 a 60 anos os percentuais ficam entre 29% e 26%, respectivamente, e os que têm um só vínculo, 18%. Entretanto, acima de 60 anos o percentual é de 10% com quatro ou mais víncu-

los e de 41% com um vínculo.

O mesmo se vê com relação à carga horária. Um terço dos médicos dedicam mais de 80 horas semanais ao trabalho.

Quando estudamos a remuneração, somente um terço do total de médicos recebe a partir de R\$ 16 mil e um quinto, a partir de R\$ 20 mil. Até 35 anos, 32% recebe até R\$ 8 mil e de 35 a 60 anos, 11,5%. Acima de 60 anos, 23% recebe até R\$ 8 mil, tendo suas remunerações diminuídas de forma geral.

Dentre as formas de remuneração estudadas, a mais comum é “salário mensal” (44,4%), a segunda, “por número de pacientes” (23,2%), seguindo-se “por hora trabalhada”, “número de procedimentos” e “pacote”. Analisando as duas formas mais comuns por faixa etária, até 35 anos, 48,3% e 10,3%, respectivamente; de 35 a 60 anos, 45% e 24%; acima de 60 anos, 36% e 40%. Ou seja, com o aumento da idade, diminui a “forma salarial” e quadruplica a forma “por paciente”, comparado à primeira faixa etária.

São muitos números e percentuais, uma complicação para se entender, escrever e ler em texto curto como este, mas fica claro que a maioria dos médicos trabalha excessivamente, com contratos precários e péssima remuneração. Quanto mais o tempo passa e a idade avança, menos recebe, e com vínculos mais precários. Essa situação já é

percebida desde o médico jovem, quando metade é obrigada a trabalhar em três ou mais vínculos e quase um terço em quatro vínculos, cumprindo jornadas de mais de 80 horas semanais, recebendo, a maioria, menos de R\$ 16 mil mensais, 60% com vínculos precários. Na análise geral, as diferenças para a escravidão são que recebem remuneração em dinheiro, têm liberdade de ir e vir e não sofrem castigos físicos.

Esse modelo é perverso com a medicina, médicos, população e com o que desejamos para o nosso país. É perceptível o aumento da incidência de Burnout, alcoolismo e suicídio entre colegas.

O futuro da maioria dos médicos está ameaçado. Muitos não têm condições de realizar coisas simples e necessárias como frequentar congressos científicos, comprar livros técnicos, tirar férias, viajar com a família, ter seguro saúde. Foi-lhes tirado o direito a uma aposentadoria digna. O final de carreira é uma lástima.

A população tem que saber, e as entidades médicas têm que se unir aos médicos em prol de um bem comum maior. Sem estar feliz com seu ofício e sua vida, o médico não pode ser feliz com sua família e cuidar bem do seu paciente.

A precarização não é só do trabalho, mas da saúde e da vida do médico.

SAÚDE PÚBLICA • Pelo acordado, unidade deverá receber R\$ 7 milhões até o final de cada mês

Hupe: governador se compromete a regularizar repasses

Uma comissão formada pelo CREMERJ e parlamentares estaduais e federais se reuniu, no dia 13 de julho, com o governador interino do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, para discutir a crise financeira do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe). O encontro teve como objetivo solicitar a regularidade dos repasses da unidade.

De acordo com o diretor do hospital, Edmar Santos, durante a reunião o governador se comprometeu a regularizar o envio das verbas mensais para a unidade, no valor de R\$ 7 milhões, até o final de cada mês.

– Estamos muito confiantes de que esse compromisso será cumprido. Com a normalização dos repasses, vamos começar a trabalhar com um pouco mais de tranquilidade e organizar melhor todo o fluxo de trabalho. Além disso, vamos acertar os pagamentos das empresas terceirizadas para que elas tenham saúde financeira para continuar prestando seus serviços – salientou Santos.

Havia, ainda, a expectativa de que até



Pablo Vazquez, Ricardo Bastos, assessores e parlamentares estaduais em reunião com Francisco Dornelles

o fim de julho o Hupe recebesse R\$ 3,5 milhões, referente à complementação do mês de junho, o que de fato ocorreu.

Desde meados do ano passado, o Hospital Pedro Ernesto sofre com atrasos no repasse das verbas de custeio. A falta de recursos tem impactado na compra de medicamentos e insumos, no pagamento de fornecedores e tam-

bém na manutenção estrutural. Pela Lei Orçamentária deste ano, o Hupe deveria receber R\$ 8,3 milhões por mês.

– A reunião foi positiva, e acreditamos que o Hupe em breve conseguirá melhorar sua situação e retomar de forma plena os serviços à população e as atividades de formação médica – reforçou o presidente do CRE-

MERJ, Pablo Vazquez.

Também participaram da reunião o conselheiro do CREMERJ Ricardo Bastos; o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Gustavo Tutuca; os deputados estaduais Enfermeira Rejane, Ana Paula Rechuan e Zaqueu Teixeira; e o assessor da deputada federal Jandira Feghali Caique Tibiriçá.

Fórum Perinatal debate investigação de óbitos

O Fórum Perinatal da Região Metropolitana 1 se reuniu, no dia 29 de junho, para apresentar seus grupos de trabalho e debater ações realizadas. O fórum está há um ano em contato com o Ministério Público discutindo assistência obstétrica neonatal e regulação.

O relato do Grupo de Trabalho de Fortalecimento dos Comitês de Mortalidade Materna foi seguido por uma apresentação do subsecretário de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual, Alexandre Chieppe, que expôs estratégias para incremento à investigação de óbitos no Rio de Janeiro:

– Trata-se de um conjunto de ações que estão sendo estruturadas para ajudar na qualificação da informação relativa ao óbito de mulheres em idade fértil e óbito materno – explicou, observando que, hoje, cerca de 90% dos óbitos maternos decla-



Ana Maria Cabral durante sua apresentação

rados e 80% dos de mulheres em idade fértil são investigados no Estado.

A vice-presidente do CREMERJ Ana Maria Cabral esteve no encontro e salientou o trabalho do Conselho relativo à verificação de óbito:

– Há muitos problemas com o preenchimento de atestados de óbito. Por isso, o CREMERJ tem intensificado seu trabalho e atuado com as faculdades para auxiliar os futuros médicos sobre atestados e notificações – ressaltou.

Na reunião, houve também uma breve apresentação do grupo de trabalho Mulheres em Situação de Abortamento, que também faz reuniões mensais e seminários, procurando sensibilizar profissionais e pacientes sobre o tema.



Sublocação de horário em consultório em Icaraí (Lopes Trovão, 52), com três sala amplas, maca ginecológica, secretária e wi-fi. R\$ 480 período de 4h manhã e R\$ 600 5h à tarde. Contato: (21) 2714-3773 / (21) 99313-3291 (Aline ou Marcello). E-mail: mrotolovascular@gmail.com

Sublocação de horário em consultório na Barra da Tijuca para diversas especialidades, uma vaga na garagem e estacionamento gratuito para pacientes, sem secretária. R\$ 1.000 um dia/semana. Contato: (21) 99902-7029 (Dr. Pedro). www.esculturalcenter.com.br

Aluguel de consultório na Freguesia – Jacarepaguá (ao lado do Rios D'Or), somente área da saúde, uma vaga na garagem. R\$ 600 o aluguel e R\$ 47 o IPTU. Contato: (21) 96601-1537 / (21) 2501-1443 (Sr. Celso)

Aluguel de sala em Madureira (Centro Comercial Connection), 25 m2 com banheiro, ar condicionado e vaga na garagem. R\$ 800. Contato: (21) 98496-2350 (Luiz) ou (21) 97934-4634 (Pedro)

Sublocação de horário em consultório na Barra da Tijuca (Ed. Barra Business), wi-fi, estacionamento, maca elétrica, descartáveis e dispensers. R\$ 650 período de 5h. Contato: (21) 98084-7171. Email: tatianaferraz76@gmail.com

Sublocação de horário em consultório em Copacabana (Figueiredo Magalhães), ar condicionado, secretária e wi-fi. R\$ 600,00 período de 4h, manhã ou tarde. Contato: (21) 2548-6104 / 2420-5032 / 99983-5033 (Dr. Marcelo de Vita). E-mail: clinicadevita@clinicadevita.com.br

Sublocação de sala comercial em Jardim Icaraí (Ministro Otávio Kelly), primeira locação. R\$ 900 reais + taxas. Contato: (21) 99644-4067 (Livia pino). E-mail: liviapino@gmail.com

REGISTRO MÉDICO • Iniciativa de conselheiro do Rio de Janeiro vai subsidiar políticas públicas para médicos

Conselhos agora têm registro específico de médicos portadores de deficiência

O Cadastro Nacional dos Médicos agora permite aos médicos portadores de deficiência terem essa informação em seu registro. O sistema dos Conselhos de Medicina foi atualizado para reunir um conjunto de dados que permitirão às instituições conhecer a realidade e elaborar políticas públicas aos profissionais desse grupo. Com a mudança, será possível, ainda, aprimorar os mecanismos de fiscalização dos estabelecimentos de saúde que, além de oferecer acessibilidade para os pacientes, devem oferecê-la também aos seus profissionais com deficiência.

No cadastro, é possível sinalizar se o médico é portador de deficiência e indicar o seu tipo (visual, motora, auditiva ou outras), sua origem (congenita ou adquirida) e se o médico está adaptado (sim ou não). Os recém-formados que fizeram o pré-cadastro já podem registrar essas informações. Os já inscritos portadores de algum tipo de deficiência deverão atualizar seus dados.

A iniciativa partiu do conselheiro Sidnei Ferreira, que levou a proposta



ao CFM, no final de 2015, frisando a necessidade e a importância de registrar essas informações sobre os médicos portadores de deficiência. No mes-

mo ano, ele iniciou um projeto piloto no Rio de Janeiro para coletar dados nas unidades. O CFM, por sua vez, abraçou a ideia e modificou o cadas-

tro para assegurar a integralidade das informações em todo o território nacional.

– A Constituição contempla os portadores de deficiência física em vários artigos, garantindo sua participação e o fornecimento de condições para o exercício de suas funções em uma vida economicamente ativa, através de normas de construção e adaptação de edifícios públicos e transporte coletivo. O Estatuto dos Portadores de Deficiência, em vigor desde o ano passado, reforça isso. Entretanto, o que vemos é que muito pouco foi feito para esse grupo de pessoas. Ainda precisamos evoluir muito. E essa iniciativa nos Conselhos de Medicina é fundamental para que nós, membros de entidades de classe, possamos ter subsídios para mudar esse cenário para os colegas médicos e para a população. Os novos médicos, ao anotarem em seus registros, nos possibilitarão, também, saber o percentual de estudantes de medicina que são portadores de pelo menos uma deficiência – salienta Sidnei Ferreira, que também é conselheiro federal.

Os médicos que forem portadores de deficiência já podem atualizar seu cadastro no CREMERJ, incluindo essas informações.

Doping é tema de palestra no CREMERJ

A prática do doping entre atletas de ponta foi tema de plenária temática no CREMERJ, no dia 14 de julho. Ministrada pelo diretor do Conselho e cardiologista do Clube de Regatas do Flamengo Serafim Borges, a palestra abordou as principais substâncias usadas, os resultados, as consequências e as técnicas de identificação da dopagem.

– Há uma preocupação grande com o doping, pois a cada dia cresce o número de substâncias usadas e as formas de ocultá-las. Apesar disso, ainda existe muita desinformação por parte dos atletas, que desconhecem o risco de usar medicamentos sem o acompanhamento de sua equipe técnica. Esse tema precisa ser atualizado e acompanhado por todos os envolvidos na preparação e no atendimento médico do esportista, principalmente agora, com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – adiantou Serafim.

Durante a palestra, o diretor do CREMERJ explicou que o diagnóstico de doping se torna mais complicado quan-



Serafim Borges durante a sua palestra

do existe o uso, entre atletas profissionais e não-profissionais, de drogas ilícitas potencialmente aritmogênicas, como esteróides anabolizantes, a eritropoietina e anabólicos esteróides injetáveis.

– A identificação de mecanismos aritmogênicos, principalmente em atletas, é uma tarefa difícil. Alterações sutis como miocardites focais e cardiomiopatia arritmogênica segmentar e nos canais iônicos podem existir em cora-

ções aparentemente normais – explicou.

Também foram abordados os métodos proibidos durante e fora de competições, as substâncias proibidas em esportes específicos, as consequências das drogas recreativas – maconha e cocaína – e o perigo oculto dos suplementos e ergogênicos.

Serafim também ressaltou que, ao longo dos anos, o doping se sofisticou.

– Mas ao mesmo tempo em que as

substâncias e os fármacos foram aprimorados para não serem percebidos nos exames, os métodos de detecção evoluíram. Nesta Olimpíada está em vigor a lista World Anti-Doping Agency (Wada), que relaciona todas as substâncias e métodos proibidos permanentemente. São realizados exames de urina ou sangue. Se for constatado o uso de algum elemento proibido, pede-se o exame da contraprova – disse.

SAÚDE PÚBLICA • Governo estadual surpreende ao publicar normas sem levar em conta estrutura para assistência de emergência

Lei muda atendimento para vítimas de acidente de trânsito

O CREMERJ recebeu com surpresa e indignação a notícia de que a lei 7.402/2016 determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito possam ser levadas pelo Corpo de Bombeiros para hospitais conveniados aos seus planos de saúde. Sancionada pelo governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, a norma foi publicada no dia 19 de julho no Diário Oficial do Estado, tendo efeito a partir da mesma data.

Às vésperas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, a medida pode prejudicar o atendimento adequado à população e confundir o direcionamento no caso de um acidente com múltiplas vítimas, principalmente as que se encontram em estado grave.

Os hospitais públicos do Estado do Rio de Janeiro são especializados na assistência a pacientes com traumas e possuem equipes multidisciplinares, ao contrário das unidades privadas, estruturadas, em sua maioria, apenas para atendimentos de urgência e emergência clínicas, não dispondo de cirurgiões de plantão 24 horas por dia. Embora as unidades de saúde públicas enfrentem dificuldades com sobrecarga de atendimento, ainda assim suas equipes têm experiência para agir em casos com pacientes acidentados.



O prazo de vigência da lei também causou indignação entre a categoria médica, em razão da inexistência de conversas com as entidades competentes e direções de hospitais e até mesmo diante da falta de qualquer estudo provando a viabilidade da medida.

– Essa lei tem grande impacto na saúde, e en-

trar em vigor a poucos dias de um evento esportivo tão grandioso pode deixar o Corpo de Bombeiros em uma situação complicada. Essa medida pode prejudicar o primeiro atendimento, direcionando politraumatizados para locais que não estejam estruturados e desviando o foco de atenção para aspectos burocráticos e econômicos – declarou o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

No mesmo dia da publicação da lei, o CREMERJ teve informações de dois casos em Niterói com acidentados que foram encaminhados para unidades privadas que não aceitavam o plano de saúde das vítimas.

– Em atendimento de emergência, o tempo é um dos principais fatores. As vítimas de Niterói foram levadas para o hospital particular e, com a negativa do atendimento ao seu plano de saúde, tiveram de ser levadas para a unidade pública. Ou seja, perda de tempo para o paciente e para as equipes do Corpo de Bombeiros. Mas os médicos sabem que esse tempo pode ser fatal – salientou Pablo Vazquez.

Imediatamente após a publicação da medida, o CREMERJ divulgou uma nota no jornal O Globo, criticando a lei. Além disso, o Conselho também lançará mão de ações pertinentes para sua revogação.

Cocem: sete comissões de ética são empossadas

Sete comissões de ética médica tomaram posse durante a reunião da Coordenação das Comissões de Ética Médica (Cocem) do CREMERJ, realizada no dia 12 de julho: da Clínica Ênio Serra, do Instituto Nacional do Câncer III, do Hospital Oeste D'Or, da Casa de Saúde Pinheiro Machado, da Policlínica Ronaldo Gazolla, do Instituto de Neurologia Deolindo Couto e do Instituto de Psiquiatria da UFRJ.

O coordenador da Cocem, conselheiro Serafim Borges, abriu a reunião com os informes sobre as ações do CREMERJ, destacando o evento sobre a assistência médica durante a Olimpíada e as fiscalizações do Conselho nos hospitais referenciados para o atendimento.

Representantes da Comissão de Ética Médica do Hemorio e do Iecac denunciaram que a situação das unidades está precária devido à falta de repasses do Estado.

Também participaram da reunião a diretora Erika Reis, o conselheiro Armindo Fernando da Costa e o assessor jurídico Eurico Cavalcanti.



Conselheiros e novos integrantes das comissões

Novas Comissões

CLÍNICA ÊNIO SERRA

Membros eleitos para o sexto mandato:

Efetivos: Luiz Antônio Neves, Pedro Lopes Júnior e Renata Fachada

Suplentes: Marco Antônio Cotrim, João Luis de Moraes e Fernando Cerqueira

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER III

Membros eleitos para o quinto mandato:

Efetivos: Marcelo Barbosa, Alexandre Lachan e Fabiana Tonello

Suplentes: Marcelo da Rocha, Pedro Domingues e Gilberto Misirlian

HOSPITAL OESTE D'OR

Membros eleitos para o segundo mandato:

Efetivos: Georgea Correa, Guilherme Faria, Paulo César Nascimento e Ana Paula Diano

Suplentes: Mônica Costa, Alcino Márcio de Medeiros, Mônica de Oliveira e Bárbara Elaine Abufaiad

CASA DE SAÚDE PINHEIRO MACHADO

Membros eleitos para o terceiro mandato:

Efetivos: Marcus Alexandre Bezerra e Frederico Marques

Suplentes: Dagoberto Rodrigues e Anna Luisa Mundt

POLICLÍNICA RONALDO GAZOLLA

Membros eleitos para o terceiro mandato:

Efetivos: Fabíola Lavrado e Luciene Fonseca

Suplentes: Iracema Rangel e Natália Fortes

INSTITUTO DE NEUROLOGIA DEOLINDO COUTO

Membros eleitos para o segundo mandato:

Efetivos: Marleide Gomes e José Elias Pinheiro

Suplentes: Gisele Neves e César Andraus

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ

Membros eleitos para o terceiro mandato:

Efetivos: Jorge Adelino da Silva, Liliâne Maria Vilete e Adriana Lupu

Suplentes: Marcelo Cruz, José Carlos Appolinario e Octavio de Serpa Júnior

SAÚDE PÚBLICA • Ações são ampliadas para assegurar a qualidade da assistência de saúde à população

CREMERJ se mantém ativo na luta contra o exercício ilegal da medicina

Com o sucessivo aumento de casos, divulgados através das redes sociais, de profissionais que realizam procedimentos que são prerrogativas exclusivas dos médicos, o CREMERJ vem ampliando suas ações para assegurar a qualidade da assistência de saúde à população, especialmente para aqueles que dependem do Sistema Único de Saúde.

Mesmo antes da regulamentação do exercício da medicina no país, através da lei 12.842/2013 – conhecida por Lei do Ato Médico –, e também durante o processo, o Conselho foi atuante para a aprovação do projeto na íntegra.

Atualmente, o CREMERJ integra uma comissão estratégica que reúne informações e atua para garantir o exercício ético e legal da medicina. A comissão é composta pela presidência do Conselho Federal de Medicina e por um representante jurídico de cada região, com exceção do Sudeste, que é representado por dois membros, sendo um do Rio de Janeiro, por sua tradição de luta em defesa do Ato Médico. No primeiro encontro, ocorrido em julho, o grupo definiu um cronograma que será iniciado por um levantamento de cada região com as propagandas e materiais identificados recebidos para instrumentalizar ações pertinentes.

Mesmo antes da criação do projeto de lei 268/2002, convertido na lei 12.842/2013, o CREMERJ já defendia a necessidade de uma legislação definindo o Ato Médico.

Desde 1998 o Conselho do Rio de Janeiro buscava a regulamentação da profissão, quando publicou a resolução 121, defendendo a necessidade de uma legislação que estabelecesse as atuações exclusivas dos médicos e quais poderiam ser realizadas por outros profissionais de saúde. Assim, o CREMERJ formalizou a Comissão de Defesa das Prerrogativas do Médico (Codeprem), ampliando suas atribuições. Em 2006, outra resolução, a 213, detalhou ainda mais as prerrogativas médicas.

A Codeprem recebe diversas denúncias sobre profissionais solicitando exames, prescrevendo medicamentos e requisitando exames; sobre cursos de aplicação de toxina botulínica, entre outros.



Mais de dez ações em andamento na Justiça

Atento a esses casos, o CREMERJ atua em diversas frentes para coibir práticas ilegais e já possui mais de dez ações em andamento na Justiça, na tentativa de garantir o exercício legal da medicina. Práticas como homeopatia, botox, ensino de medicina para outros profissionais, pedidos de exames complementares, optometria e até auto-hemoterapia são alguns exemplos de práticas realizadas ilegalmente e contra as quais o Conselho tem lutado.

Em 2012, o CREMERJ entregou uma representação ao Ministério Público do Rio de Janeiro contra o manual “Protocolos de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde”, citando algumas ilegalidades

propostas no material. Elaborado e divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde, a publicação era uma espécie de guia para enfermeiros, concedendo autonomia para que pudesse realizar todo o atendimento do paciente.

– Reconhecemos a importância dos demais colegas da área de saúde e apoiamos o trabalho multiprofissional entre médicos e demais profissionais de saúde, mas é fundamental que as leis que determinam os limites específicos de cada profissão sejam respeitadas – frisa o presidente do Conselho, Pablo Vazquez.

Recentemente, o CREMERJ também se manifestou sobre as resoluções 585 e 586/2013, do Conselho

Federal de Farmácia (CFF), que autorizam os farmacêuticos a realizarem a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica. Esta iniciativa é temerária porque o currículo de graduação da profissão de farmacêutico não contempla o exercício clínico de diagnóstico e tratamento médico.

No fim de abril, uma decisão do Supremo Tribunal Federal reconheceu que optometristas não podem realizar exames ou prescrever lentes corretivas. Embora ainda caiba recurso e que os efeitos da sentença afetem apenas as partes envolvidas no processo, a decisão é um importante precedente da Corte porque cria jurisprudência.

PL da Alerj fere lei federal

O projeto de lei (PL) 1.031/2011 que está em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) pode abrir um precedente para exercício ilegal da medicina. Ele autoriza o Executivo estadual a instituir a solicitação de exames complementares pela enfermagem, entre outras atividades, ferindo as leis federais que regem ambas as profissões.

O projeto versa sobre questões que são de determinação de legislação federal e pretende conferir ao governo do Rio de Janeiro poderes para estabelecer nas unidades públi-

cas do Estado que enfermeiros façam solicitação de exames de rotina e complementares, conforme descrito no seu artigo terceiro.

De acordo com a lei em vigor, a enfermagem, como integrante da equipe de saúde, pode realizar a prescrição de medicamentos, desde que seguindo os protocolos das instituições públicas. Já a solicitação de exames só pode ser feita pelo médico. E mesmo que o Ministério da Saúde venha a editar novos manuais técnicos para os programas de saúde, não poderá contrariar a legislação federal vigente.

– O projeto tem claramente vici-

os legais e trata de questões que não cabem ao Estado. Esse PL fere lei federal quando fala em solicitação de exames complementares pela enfermagem, uma atribuição exclusiva do médico. O que está sendo, mais uma vez, trazido para a discussão, é a qualidade e a segurança do atendimento à população, principalmente da que utiliza os serviços de saúde pública – salienta Pablo Vazquez.

O CREMERJ enviou e-mail para o gabinete de todos os deputados da Alerj esclarecendo o assunto e solicitando que não aprovem o projeto como está.



As edições do Jornal do CREMERJ de 2002 e de 2013 demonstram a luta travada pelos Conselhos de Medicina

Mais de uma década de debate

A lei 12.842/2013 foi debatida por 11 anos no Congresso Nacional, ao longo de 27 audiências públicas, com ampla participação de todas as profissões ligadas à área da saúde. Ao longo de sua tramitação em sete comissões parlamentares, o projeto de lei (PL) que mais tarde iria oficializar o ato médico sofreu diversas alterações, todas consensuadas entre as categorias.

Após aprovação do texto pelo Legislativo, praticamente por unanimidade, em junho de 2013, o PL 268/2002, infelizmente, sofreu vetos do Poder Executivo. Dois meses depois, durante a sessão na Câmara que passou a lei, cuja votação chegou a se estender pela madrugada do dia 20 de agosto, não houve número suficiente de parlamentares para derrubar os vetos.

Naquele dia, conselheiros do CREMERJ que estiveram em Brasília, ao lado de centenas de outros médicos de todo o país, afirmaram que a luta con-

tinuaria em defesa do exercício ético da medicina.

Nas semanas que antecederam à sessão, uma comitativa de médicos do Rio de Janeiro, criada pelo CREMERJ, visitou todos os gabinetes dos deputados e senadores da bancada do Rio de Janeiro, na tentativa de assegurar o texto original e garantir a qualidade e a segurança da assistência de saúde à população.

Também foram realizados diversos movimentos em vários Estados em defesa do Ato Médico naquele período.

O Conselho do Rio sempre deu ampla divulgação à tramitação do projeto de lei, atualizando constantemente os médicos sobre o assunto. Foi formado um movimento que incluiu o envio de mensagens eletrônicas à Casa Civil, à presidência da República e aos deputados e senadores da bancada do Rio.

Ainda em 2005, o Conselho também esteve à frente de um abaixo-assinado que recolheu mais

de um milhão de assinaturas a favor da aprovação da Lei do Ato Médico na Câmara dos Deputados.

O CREMERJ foi pioneiro na discussão sobre a ação de profissionais de outras áreas em atividades exclusivas do médico ao publicar, em 1998, a Resolução 121, primeira no país a regulamentar o ato médico no âmbito dos Conselhos Regionais de Medicina.

Depois dessa primeira resolução, várias outras foram elaboradas, como as Resoluções 156/2000, que define o acompanhamento da litotripsia como ato médico e disciplina os médicos envolvidos no procedimento; 160/2000, que dispõe sobre a responsabilidade do diretor técnico em relação aos integrantes da equipe multidisciplinar na assistência materno-infantil; 174/2001, que baliza o ato médico em otorrinolaringologia; e 185/2003, que dispõe sobre a necessidade de a requisição de exames ser efetuada por médicos; entre outras.

ESTADO AFORA • Municípios sofrem com atrasos de salários, fechamento de serviços e falta de medicamentos e insumos

Médicos relatam situação em suas regiões

Representantes das seccionais e das subseções debateram, no dia 1º de julho, a situação da saúde em suas regiões durante reunião da Coordenação de Seccionais (Cosec) do CREMERJ. No encontro, que ocorreu na sede do Conselho, foram relatados problemas relacionados a questões éticas, atrasos de salários, fechamento de serviços e unidades, além da falta de medicamentos e insumos.

O vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon abriu a reunião abordando as últimas ações do Conselho, como o encontro com o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Ele também anunciou que a entidade se reuniria com a Secretaria Estadual de Saúde, a Defensoria Pública e o Ministério Público para discutir a crise nas 29 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que pertencem ao Estado. Já o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, enfatizou o resultado de discussões que o CREMERJ tem encabeçado sobre o atendimento médico na Olimpíada.

Em seguida, os representantes



Conselheiros e representantes de seccionais e subseções buscam soluções para problemas da saúde

das seccionais e das subseções de-ram seus informes.

- Em Três Rios, a UPA do município sofre com a falta de medicamentos e de médicos, além de não receber verbas do governo estadual há um ano. A unidade pode fechar até o final do ano.
- Na cidade de Teresópolis os problemas na saúde pública permanecem. Em recente reunião, o Ministério Público Estadual instituiu o prazo de 30 dias para o

cumprimento de metas de melhoria na saúde da região.

- No município de Barra Mansa, as unidades passam por uma grave crise por conta dos atrasos dos repasses da prefeitura, e os médicos sofrem com o atraso de salários e demissões arbitrárias.
- Em Niterói, a principal unidade de emergência, o Hospital Estadual Azevedo Lima, enfrenta o subfinanciamento. Já o Hospital Orêncio de Freitas

reduziu o número de cirurgias por conta da falta de verbas e de equipe médica.

- O representante da seccional de Duque de Caxias destacou que, há mais de 15 meses, a cidade não recebe do governo do Estado as verbas integrais para financiar as duas UPAs da cidade. A falta de financiamento refletiu nas unidades, que agora funcionam com restrições.
- Situação complicada também vive Angra dos Reis, onde a sobrecarga de atendimento no Hospital Geral de Japuíba e os atrasos salariais continuam.

Representantes das seccionais de Angra dos Reis, Barra do Piraí, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, Três Rios, Barra Mansa, Teresópolis, Valença, Vassouras e Volta Redonda, além das subseções de Madureira, Méier e Tijuca, participaram do encontro.

PÓS-GRADUAÇÃO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PEDIÁTRICA A DISTÂNCIA (EAD)

CARGA HORÁRIA: 490H
COORDENADORA: Dr^a DANIELLA MANCINO DA LUZ CAIXETA
CRM: 655694 - RJ

PÓS-GRADUAÇÃO PNEUMOLOGIA A DISTÂNCIA (EAD)

CARGA HORÁRIA: 490H
COORDENADOR: PROF. DR. JOSÉ MIGUEL CHATKIN, MSC, PHD
CRM: 5827 - RS
DR. MAURO ZAMBONI
CRM: 52284550 - RJ

CURSO OFICIAL:



SBPT
SOCIEDADE BRASILEIRA DE
PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA

FACRENTOR

ACESSE NOSSO SITE E INSCREVA-SE!

WWW.POSGRADUACAORENTOR.COM.BR

(22) 3811-0111 - RAMAL 302

(22) 98841-6841

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA • CREMERJ promove cursos, fóruns e jornadas de atualização

Cirurgia plástica

“Indicação ou Utilização: Efeitos e Complicações do Uso de Polimetilmetacrilato” foi o tema do Fórum da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica do CREMERJ, que ocorreu no dia 9 de julho.

– Na Câmara Técnica, temos com frequência casos sobre material sintético injetável. É difícil estabelecer um posicionamento porque são casos distintos. Com esse fórum, vamos ter um entendimento maior sobre a matéria e um consenso para a emissão de pareceres. Esse é um assunto que tem grande amplitude de uso, de complicações e de resultados – explicou Luiz Mário Bonfatti, coordenador da Câmara Técnica de Cirurgia Plástica.

O conselheiro José Ramon Blanco, que participou da abertura do evento, lembrou que também na Câmara Técnica de Dermatologia já foram observadas complicações da utilização desse material.

Márcia Rosa de Araujo, responsável pela Câmara Técnica de Cirurgia Plástica, ressaltou a importância das câmaras técnicas:



– Criamos, em 1995, a primeira Câmara Técnica de Cirurgia Plástica do país. Foi um momento em que o Rio de Janeiro começou a inovar em relação aos outros conselhos de medicina – observou.

Proferiram palestras os especialistas Alessandra Salles, David Passy, Beatriz Trope, Carlos Alberto Jaimovich e André Vargas. Participaram como debatedores Cesar Silveira da Silva e João Tavares Filho.

Endocrinologia

Sob a coordenação da conselheira Kássie Cargnin e dos médicos Ivan Ferraz, coordenador da Câmara Técnica de Endocrinologia, e Roberto Assumpção, que dirigiu os debates do evento, o XVI curso de Educação Médica Continuada em Endocrinologia reuniu mais de 100 médicos, no dia 16 de julho.

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, abriu o evento citando as providências tomadas pelo Conselho para amenizar a grave situação dos hospitais do Rio de Janeiro. Ele falou, ainda, sobre os casos de exercício ilegal da medicina, informando que as



Ivan Ferraz, Kássie Cargnin e Pablo Vazquez

assessorias jurídicas de Conselhos de todas as regiões do país têm se reunido para estabelecer estratégias de luta.

Kássie Cargnin também abordou a questão do ato médico, ressaltando ser a endocrinologia uma das especialidades mais invadidas por profissionais de outras áreas, os quais não são habilitados para o entendimento de disfunções hormonais, na maioria das vezes bastante complexas.

As palestras foram ministradas por Lenita Zajdenverg, Denise Momesso, Wellington Santana Júnior, Larissa Carolina Franco e Paulo Lacativa.



Pediatria (3º módulo)

O CREMERJ e a Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro (Soperj) promoveram, no dia 25 de junho, o XVI Curso de Educação Médica Continuada em Pediatria CREMERJ/Soperj. A vice-presidente da Soperj, Anna Tereza de Moura, abriu o evento.

Proferiram palestras o diretor do CREMERJ Gil

Simões e os especialistas Charbell Kury, Giuseppe Mario Pastura, Tania Regina Salles, Paulo Alonso Alves Junior, Daniel Becker, Viviane Castello Branco, Patrícia Costa e Vera Lucia Oliveira.

Na foto, Charbell Kury profere palestra, e na primeira fila, Anna Tereza Soares de Moura, Gil Simões e Giuseppe Mario Pastura.

Seguro de Automóvel

(21) 2263-7478
(21) 99987-0077

*Você não perde o bônus na troca de seguradora.

Ligue e consulte nosso custo. Nossas propostas são atraentes!

CONFIRA!

LF CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Corretor **Luís Fernando** • desde 1980

telefones
21 2263-7478
21 99987-0077

skype
LINHA.DIRETA.SEGURO

e-mail
seguroLF@gmail.com

Rua do Acre, 77 sala 401
Centro • Rio de Janeiro

PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS OPERADORAS

	CONSULTAS		PROCEDIMENTOS	
	VALOR 2015	VALOR 2016	VALOR 2015	VALOR 2016
PETROBRAS	100,00 Desde 01.01.12	Proposta não apresentada	FIPE SAÚDE Conforme a data de aniversário do contrato	Proposta não apresentada
REAL GRANDEZA (FURNAS)	87,00 Desde 01.11.15	Proposta não apresentada	5ª ed. CBHPM – 20% Desde 01.10.15	Proposta não apresentada
UNIMED	RIO 80,00 Desde 01.03.16	INTERCÂMBIO 77,00 Desde 01.03.16	5ª ed. CBHPM – 15% Desde 01.04.15	Proposta não definida em Assembleia
BNDES – FAPES	87,60 Desde 01.10.15	Proposta não apresentada	5ª ed. CBHPM – 12,4% Desde 01.10.15	Proposta não apresentada
MARÍTIMA	87,1026 Desde 18.10.15	Proposta não apresentada	FIPE SAÚDE Desde 18.10.15	Proposta não apresentada
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	86,00 Desde 01.10.15	94,00 (9,89%) A partir de 01.10.16	5ª ed. CBHPM – 9% A partir de 01.10.15	5ª ed. CBHPM plena A partir de 01.10.16
CAPESESP	85,9859 Desde 01.10.15	92,01 A partir de 01.10.16	FIPE SAÚDE Desde 01.10.15 Aumento de 11,67%	5ª ed. CBHPM 8,84% (IPCA dos últimos 12 meses) A partir de 01.10.16
FIOSAÚDE	84,31 Desde 01.10.15	FIPE SAÚDE +2% A partir de 01.08.16 95,00	FIPE SAÚDE A partir de 01.10.15 Aumento de 11,67%	5ª Edição CBHPM – 12,5%
CASSI	84,00 Desde 01.10.15	Proposta não apresentada	4ª ed. CBHPM+17,66% A partir de 01.10.15	Proposta não apresentada
CABERJ	80,00 Desde 01.01.15	88,00 A partir de 01.01.16	0,60 Desde 01.01.15	0,66 A partir de 01.01.16
PORTO SEGURO	80,00 Desde 01.08.15	IPCA Acumulado agosto/15 a julho/16	100% IPCA Conforme tabela contratada Desde 01.08.15	IPCA Acumulado agosto/15 a julho/16
AMIL	80,00 (6,66%) Desde 01.10.15	Proposta não apresentada	0,62 (8,77%) Desde 01.10.15	Proposta não apresentada
DIX	78,00 (9,85%) Desde 01.10.15	Proposta não apresentada	0,62 (8,77%) Desde 01.10.15	Proposta não apresentada
MEDIAL	78,00 (9,85%) Desde 01.10.15	Proposta não apresentada	0,62 (8,77%) Desde 01.10.15	Proposta não apresentada
BRDESCO	78,00 Desde 01.09.15	Proposta não apresentada	8% sobre os valores anteriores (tabela própria) Desde 01.09.15	Proposta não apresentada
SUL AMÉRICA	78,00 (6,84%) Desde 01.09.15	IPCA	8,2% sobre os valores anteriores (tabela própria) Desde 01.09.15	IPCA
GOLDEN CROSS	78,00 (8,33%) Desde 01.09.15	85,00 (8,97%) A partir de 01.09.16	0,61 (7,7%) Desde 01.09.15	0,66 (8,19%) A partir de 01.09.16
CAC	80,00 (14,28%) Desde 01.04.15	Proposta não apresentada	0,60 (9,09%) Desde 01.04.15	Proposta não apresentada
GEAP	80,00 (14,28%) Desde 01.08.15	Proposta não apresentada	FIPE SAÚDE Desde 01.08.15	Proposta não apresentada
CORREIOS Postal Saúde	75,00 (7,14%) Desde 01.03.15	80,00 (6,67%) A partir de 01.09.16	5ª ed. CBHPM – 20% Desde 01.03.15	5ª ed. CBHPM – 15% A partir de 01.09.16
ASSIM	70,00 (7,69%) Desde 01.04.15	78,00 (10,71%) A partir de 01.08.16	0,54 (8%) Desde 01.04.15	0,60 (10,71%) A partir de 01.08.16
CAURJ	77,00 A partir de 01.07.15	Proposta não apresentada	4ª ed. CBHPM Desde 01.07.15	Proposta não apresentada

FIPE SAÚDE - ACUMULADOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES				IPCA - ACUMULADOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES			
Julho 2014/2015	8,49	Janeiro 2015/2016	9,97	Julho 2014/2015	9,56	Janeiro 2015/2016	10,7063
Agosto 2014/2015	9,87	Fevereiro 2015/2016	10,86	Agosto 2014/2015	9,5259	Fevereiro 2015/2016	10,3563
Setembro 2014/2015	10,35	Março 2015/2016	13,29	Setembro 2014/2015	9,4932	Março 2015/2016	9,3869
Outubro 2014/2015	11,67	Abril 2015/2016	13,61	Outubro 2014/2015	9,9293	Abril 2015/2016	9,2783
Novembro 2014/2015	10,95	Mai 2015/2016	13,70	Novembro 2014/2015	10,4762	Mai 2015/2016	9,3217
Dezembro 2014/2015	10,17	Junho 2015/2016	13,59	Dezembro 2014/2015	10,6735	Junho 2015/2016	8,8445

SAÚDE SUPLEMENTAR • SulAmérica limita a idade para aplicação de anestesia

Saerj e CREMERJ discutem honorários médicos

A direção do CREMERJ se reuniu, no dia 4 de julho, com representantes da Sociedade de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro (Saerj) e da SulAmérica para discutir a denúncia de que a seguradora suspendeu o pagamento de reembolso dos honorários dos anestesistas em procedimentos endoscópicos e limitou a idade para a aplicação de anestesia.

Para o presidente da Saerj, Márcio Pinho, limitar a idade dos pacientes que devem ou não ser anestesiados é muito grave.

– A SulAmérica propôs que os anestesistas estivessem presentes para dar suporte, apenas, a pacientes abaixo de 18 anos e acima de 65. Entretanto, qualquer pessoa merece, pode e deve ser anestesiada, de forma adequada. Quando oferecemos um anestesista, não estamos gerando um custo à operadora, e, sim, garantindo a segurança do paciente – disse, ressaltando que essa é uma interferência inadmissível no ato médico.

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, confirmou apoio à Sociedade de Anestesiologia.

– O Conselho jamais aceitará a perda de qualquer direito dos pacientes. A Comissão de Saúde Suplementar vai acompanhar essas denúncias – frisou.

No encontro estiveram presentes os diretores José Ramon Blanco, também presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), e Marília de Abreu, além dos conselheiros responsá-



Pablo Vazquez reforçou que o Conselho jamais aceitará a perda de qualquer direito dos pacientes

veis pelas Câmaras Técnicas de Anestesiologia e de Ortopedia Marcos Botelho e Ricardo Bastos.

Marcos Botelho garantiu que a presença do anestesista é um termo de ajuste prévio com o paciente, que está no Código de Ética Médica.

– É possível que no próprio exame seja diagnosticada uma obstrução de tal nível que o paciente tem que ser operado imediatamente, e isso ocorre com frequência. Assim sendo, acredito ser fundamental ter um anestesista presente – afirmou.

O superintendente de relacionamento com Clientes e Prestadores da SulAmérica, Antonio Dias, argumentou que vem recebendo inúmeras reclamações acerca do pagamento dos honorários dos anestesistas.

– Não é nossa intenção, de forma alguma, interferir na conduta médica. O que está sendo conversado hoje é bastante importante e tenham a certeza de que vou levar isso para a empresa – sugeriu Antonio.

Rol de procedimentos para patologias vasculares tem apoio do Conselho

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, reuniu-se com a diretoria da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV-RJ), no dia 27 de junho, para reiterar o apoio ao rol de procedimentos por patologias vasculares, elaborado e aprovado por ambas as entidades, com o intuito de melhorar os honorários médicos da categoria. A questão da invasão do ato médico também foi abordada durante o encontro.

O presidente da SBACV-RJ, Carlos Peixoto, salientou que deu início a um movimento legítimo para provar aos planos de saúde que, através da qualidade dos profissionais, a melhoria do serviço é garantida.

– Estamos fazendo um levantamento para mostrar que o aumento do honorário médico não vai causar tanto transtorno e impacto, já que com maior qualidade no serviço são evitados cirurgias desnecessárias e o uso indevido de órteses e próteses, o que atualmente é o grande custo na saúde suplementar. Durante os dois



Membros da SBACV-RJ apresentaram propostas que serão levadas aos convênios

anos da gestão anterior, apresentamos informações com relação à defasagem dos nossos honorários e da dificuldade da realização do nosso trabalho – disse.

Vice-diretor do SBACV-RJ, o diretor do CREMERJ Carlos Enaldo Araújo citou a invasão da área médica

como outro problema enfrentado pela especialidade.

– Atualmente, temos uma grande quantidade de profissionais não-médicos fazendo escleroterapia e outros procedimentos que fazem parte do exercício da medicina – disse ele reforçando, ainda, que o apoio do CRM

na divulgação do movimento e na adesão de parceiros é fundamental.

Segundo Pablo Vazquez a luta pela valorização da especialidade é legítima e traz benefícios à população.

– A Comissão de Saúde Suplementar (Comssu) do Conselho contribui para a luta em relação aos honorários médicos e as condições de trabalho na área dos convênios. Quanto à invasão do ato médico, temos também a Comissão em Defesa das Prerrogativas do Médico (Codeprem), muito atuante para monitorar e agir nessas questões. Estamos juntos com a SBACV no que for necessário – enfatizou.

Ao final do encontro, o presidente do CREMERJ recebeu um diploma de membro honorário da SBACV.

Também participaram da reunião o vice-presidente da sociedade, Sérgio Meirelles; o secretário geral, Breno Caiafa; o diretor de eventos, Francisco João Sahagoff; a tesoureira, Cristiane Gomes; e o diretor Julio Peclat.

RECÉM-FORMADOS • Documento visa definir claramente os direitos e os deveres do estudante

Código de Ética do Estudante em debate

O CREMERJ promoveu, no dia 29 de junho, a primeira reunião para discutir a elaboração do Código de Ética do Estudante de Medicina do Rio de Janeiro. O documento terá como objetivo definir claramente os direitos e os deveres do estudante, bem como auxiliar nas condutas da relação com os pacientes e as instituições. O encontro reuniu a direção do Conselho, a Associação dos Médicos Residentes do Estado do Rio de Janeiro (Amererj) e alunos de medicina de diversas faculdades do Estado.

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, explicou que o Conselho Federal de Medicina (CFM) tem estimulado a discussão sobre a criação de um Código de Ética para os estudantes de todo o país. Atualmente, somente os Conselhos Regionais de Medicina de São Paulo e de Brasília possuem os regulamentos.

– O texto deve girar em torno da realidade do estudante, da formação e da interação com a sociedade. Além disso, a elaboração desse documento acontece em um momento em que há



Diretores da Amererj e alunos de medicina que participaram do encontro

graves problemas de natureza econômica e política do país. Essa crise tem dificultado o ensino e a assistência médica, estimulando a violência social e vários tipos de discriminação e injustiças, que têm atingindo os jovens e os estudantes – observou Vazquez.

A Amererj ficará à frente da coordenação dos trabalhos de discussão. O presidente da entidade, João Felipe Zanconato Filho, ressaltou que a iniciativa vai colaborar para a normatização de uma série de questões que

os estudantes enfrentam diariamente.

– O estudante de medicina, principalmente aquele que está no internato, não é calouro, mas também não é médico. Muitas vezes, ele não sabe como atuar. O código vai ajudar nisso, colocando de maneira clara seus direitos e deveres – salientou.

O estudante de medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF) Lucas Garcia frisou que a discussão do Código de Ética vem em um momento oportuno frente às demandas e con-

flitos que acontecem na sociedade atual e no sistema de educação.

– Levantar o debate sobre ética é fundamental, ainda mais diante da demanda que nós estamos vivenciando com as transformações da coletividade. Todos esses conflitos se encontram e ressoam muito em um código como este. Ficaria muito feliz se isso acontecesse – disse.

O estudante de medicina da Universidade Estácio de Sá Luiz Felipe Portela afirmou que o debate sobre ética é muito importante para a formação técnica e, sobretudo, humanística. Ele ressaltou que o bom atendimento ao paciente e a defesa da vida são os objetivos principais da medicina, dos médicos e dos estudantes.

Todas as questões relativas ao código deverão ser debatidas até outubro, quando acontecerá um fórum sobre o documento.

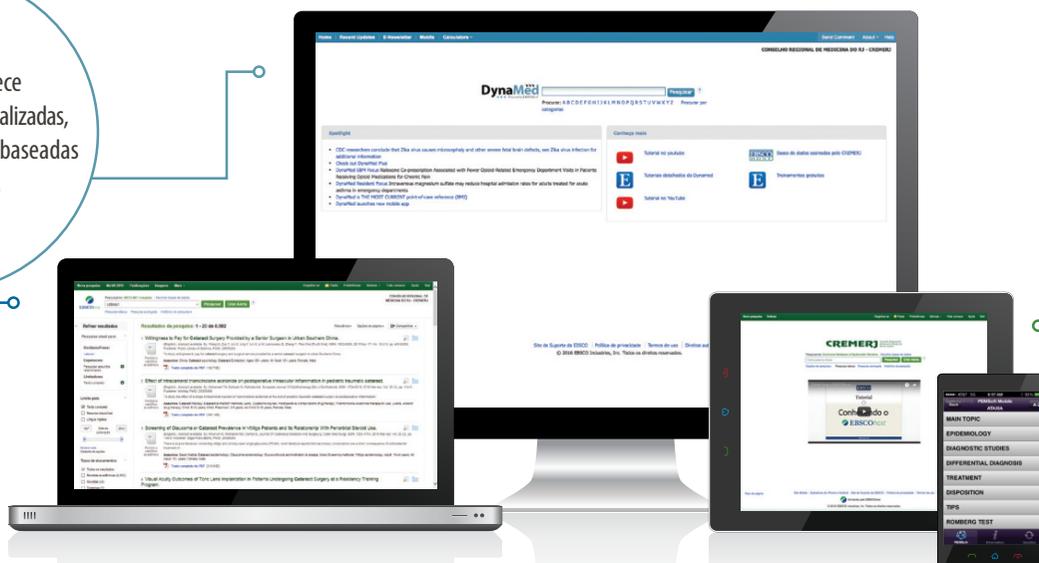
Também participaram da reunião os diretores Erika Reis, Gil Simões e José Ramon Blanco, este também presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj).

CREMERJ
EBSCO Health

Convênio CREMERJ & EBSCO Health

O CREMERJ, investindo na educação médica continuada, possui um convênio com a EBSCO Health, o principal fornecedor de soluções de suporte para a pesquisa médica e as decisões clínicas, disponibilizando e ampliando o conteúdo científico na área da medicina aos médicos e estudantes de medicina do Rio de Janeiro.

A DynaMed fornece informações clínicas atualizadas, imparciais e relevantes, baseadas em evidências.



A Cochrane Collection Plus combina os bancos de dados mais abrangentes da Biblioteca Cochrane, um recurso fundamental na medicina baseada em evidências.

A base de dados MEDLINE Complete dá acesso ao texto completo de mais de 2.500 periódicos indexados no índice MEDLINE.

<http://www.cremerj.org.br/loginmedico/>

Para mais informações:
CPEDOC – Centro de Pesquisa e Documentação
Email: cpedoc@crm-rj.gov.br
Tel/fax: (21) 3184-7181 e ramais 7186 / 7191 / 7231

<http://health.ebsco.com>

A PEMSsoft é o recurso ideal na área de pediatria, fornecendo informações baseadas em evidências e acesso a mais de 1.000 tópicos atualizados.

EVENTOS • CREMERJ participa de congressos, encontros científicos e eventos das entidades médicas



A diretora do CREMERJ Marília de Abreu proferiu palestra, no dia 4 de julho, no Hospital da Força Aérea do Galeão, sobre a emissão de declaração de óbito. Também estava presente o vice-presidente do Conselho Nelson Nahon.



Gilberto dos Passos, Sérgio Fernandes, João Alberto Holanda e Homero Gusmão de Almeida

Sinmed-RJ inaugura espaço cultural

O diretor do CREMERJ José Ramon Blanco participou, no dia 8 de julho, da inauguração do espaço cultural do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (Sinmed-RJ). Também estava presente o presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Otto Baptista.



SBO promove congresso internacional

Os conselheiros Gilberto dos Passos e Sérgio Fernandes representaram o CREMERJ na abertura do XIX Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Oftalmologia (SBO), realizada no dia 7 de julho. Com duração de três dias, o evento reuniu palestrantes nacionais e 14 convidados internacionais.

Além de Sérgio Fernandes, participaram da mesa de abertura os presidentes da SBO, João Alberto Holanda; do XIX congresso, Armando Crema; do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (Sinmed-RJ), Jorge Darze; do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Homero Gusmão de Almeida; o vice-presidente da SBO regional norte, Miguel Amaro; e o ex-presidente da sociedade e representante do Colégio Brasileiro de Cirurgiões Miguel Padilha.

O VI Encontro Médico da Zona Oeste, promovido pela Associação Médica da Zona Oeste (Amzo), teve sua abertura no dia 13 de julho, com a participação do presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, e dos conselheiros Márcia Rosa de Araujo, Armindo Fernando da Costa, Ana Maria Cabral e Ricardo Bastos.

No dia seguinte, o encontro, presidido por Alessandro Goldner, contou com uma programação abrangente, incluindo debates e palestras de diversas áreas médicas.



Armindo Fernando da Costa, Márcia Rosa de Araujo, Pablo Vazquez, Alessandro Goldner, José Camargo e Ricardo Bastos



José Ramon Blanco, acadêmicos Pietro Novellino e Francisco Sampaio (presidente da ANM), Nelson Nahon e Sidnei Ferreira

ANM comemora 187 anos

O vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon e os conselheiros Sidnei Ferreira, também representando o Conselho Federal de Medicina, e José Ramon Blanco, presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), participaram da sessão solene comemorativa ao 187º aniversário de fundação da Academia Nacional de Medicina.

Simpósio na PUC homenageia Clementino Fraga Filho

O vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon e a conselheira Vera Fonseca participaram no Simpósio de Medicina e Inovação – Experiência de Interdisciplinaridade, realizado no dia 6 de julho, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Na abertura do evento, o reitor da universidade, padre Josafá Carlos de Siqueira (foto), prestou homenagem póstuma ao médico e professor Clementino Fraga Filho.

Participaram do evento o coordenador do Projeto Medicina na PUC-Rio, Hilton Augusto Koch, e o representante da Academia Nacional de Medicina Pietro Novellino.

Quer indicar algum estabelecimento para figurar na lista?
Envie um e-mail para clubedebeneficios@crm-rj.gov.br, informe seu nome e CRM e um telefone de contato da empresa.

Acesse
www.cremerj.org.br/clubedebeneficios
e confira todas as vantagens, parceiros e promoções.



CLUBE DE BENEFÍCIOS CREMERJ

Salad

SALAD

Desconto de 10% no pagamento de refeições de segunda a sexta, a partir das 15h e aos sábados e domingos, durante todo o horário de funcionamento.

Endereço: Praia de Botafogo, 400, loja 316 – Botafogo Praia Shopping
Tel.: (21) 99708-5757

IPOG

IPOG

Desconto de R\$ 3.120,00 no valor total dos cursos oferecidos (abatimento de R\$ 130,00 mensais) independentemente da forma de pagamento. Desconto não é cumulativo com outros benefícios.

Endereço: av Rio Branco, 26, 1º andar, sala 19, sobreloja – Centro
Tel.: (21) 3541-0411 / 96614-6200 / 98297-0019



ALDEIA DAS ÁGUAS

Hoteleria – desconto de 25% sobre a tarifa balcão praticada na época da reserva.

Centro de Convenções – desconto de 50% sobre a tarifa praticada na época da reserva, para locação de qualquer sala ou espaço.
Vip Card Corporativo – isenção total da taxa de adesão para a cessão de uso do título Vip Card Familiar, Vip Card Casal ou Vip Card Individual.

Endereço: Rodovia BR 393, KM 270 – Barra do Pirai
Tel.: (24) 2433-1122



PHYSICAL

Desconto de 50% na taxa de matrícula nas unidades Arena Physical, Swim, Acqua, Club e Boulevard Rio.

Confira os endereços das unidades participantes no site www.cremerj.org.br/clubedebeneficios

Philco

PHILCO

Descontos em todos os 150 produtos nas linhas áudio e vídeo, casa, climatização, cozinha, cuidados pessoais, linha branca, tablets e notebooks. Conheça o novo canal de venda direto da fábrica. Para ter acesso ao desconto, acesse o site www.vendamaisphilco.com.br e insira a senha de compra: CRM123.

Desconto válido somente para compras feitas através do site indicado

NOVAS PARCERIAS

BRITÂNIA

A Britânia oferece 230 produtos em sua loja online. Conheça o novo canal de venda direto da fábrica, com 12% de desconto. Para ter acesso ao desconto, acesse o site www.vendamaisbritania.com.br e insira a senha de compra: CRM123.



Desconto válido somente para compras feitas através do site indicado

BOTICÁRIO

O Boticário, com mais de 1.100 produtos, oferece uma variedade de perfumes, maquiagem, esmaltes, produtos para corpo, banho e cabelo, além de trabalhar com o público adulto e infantil, masculino e feminino. Digite o cupom PARCERIAS12 no carrinho de compras e ganhe 12% de desconto em todo site www.boticarioparcerias.com.br/cremerj. Promoção não cumulativa com outros descontos do site.



Desconto válido somente para compras feitas através do site indicado

THE BEAUTY BOX

São cerca de 7.000 produtos de 60 marcas, nacionais e internacionais, que podem ser encontrados comércio online. Digite o cupom PARCERIAS12 no carrinho de compras e ganhe 12% de desconto em todo site www.thebeautyboxparcerias.com.br/cremerj. Promoção não cumulativa com outros descontos do site.



Desconto válido somente para compras feitas através do site indicado

QUEM DISSE, BERENICE?

Com um portfólio colorido, com mais de 500 produtos de diversas cores, texturas e fragrâncias, a marca oferece 12% de desconto. Digite o cupom PARCERIAS12 no carrinho de compras do site www.quemdissebereniceparcerias.com.br/cremerj. Promoção não cumulativa com outros descontos.



Desconto válido somente para compras feitas através do site indicado

EUDORA

São cerca de 600 produtos de perfumaria, maquiagem, acessórios, cabelos, corpo e banho. Digite o cupom PARCERIAS12 no carrinho de compras e ganhe 12% de desconto em todo site www.eudoraparcerias.com.br/cremerj. Promoção não cumulativa com outros descontos do site.



Desconto válido somente para compras feitas através do site indicado

Receba as novidades do Clube de Benefícios em primeira mão e participe de promoções exclusivas, assinando nossa newsletter. Para se inscrever acesse www.cremerj.org.br/clubedebeneficios



EDITAL DE CASSAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei nº 3.268/57, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58 e regida pela Lei nº 9.649 e Lei nº 11.000 e pelo Decreto nº 6.821, consoante ao Acórdão exarado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro e referendado pelo Conselho Federal de Medicina, nos autos do Processo Ético-Profissional nº 1943/10, vem tornar pública a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na alínea "e" do artigo 22 do aludido diploma legal, ao médico PAULO ALVES VIANA - CRM nº 5228253-9, por infração aos artigos 55, 111 e 114 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88), cujos fatos também estão previstos nos artigos 30, 81 e 83 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09).

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2016
Conselheiro Pablo Vazquez Queimadelos
Presidente do CREMERJ



EDITAL DE CASSAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei nº 3.268/57, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58, alterada pela Lei nº 11.000/04, e pelo Decreto nº 6.821/09, consoante ao Acórdão exarado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro e referendado pelo Conselho Federal de Medicina, nos autos do Processo Ético-Profissional nº 1915/10, vem tornar pública a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na alínea "E" do artigo 22 do aludido diploma legal, ao médico EDUARDO GOMES DE AZEVEDO - CRM 52 67810-4, por infração aos artigos 42, 124 e 142 (Resolução CFM nº 1938/10, artigo 5º) do Código de Ética Médica, Resolução CFM nº 1.246/88 - DOU 26/01/1988, cujos fatos também estão previstos no artigo 14, 102 e 18 do Código de Ética Médica, Resolução CFM nº 1.931/09 - DOU 13/10/2009.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2016
Conselheiro Pablo Vazquez Queimadelos
Presidente



EDITAL DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004 e pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, consoante ao Acórdão exarado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do Processo Ético-Profissional nº 1916/10, vem tornar pública a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", ao médico TIAGO EMERIM ALMEIDA - CRM 52 72784-9, prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei 3.268/57, no período de 03/08/2016 a 01/09/2016, por infração aos artigos 131, 132, 133 e 142 (Resolução CFM 1701/03, artigo 3º, letras "e", "f" e "j", artigos 5º e 9º parágrafo 2º, letras "b" e "e") do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 1.246/88, vigente à época dos fatos, que também estão previstos nos artigos 111, 112, 113 e 18 do Código de Ética Médica aprovado pela Resolução CFM nº 1.931/09, ora em vigor.

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2016
Conselheiro Pablo Vazquez Queimadelos
Presidente

ALÉM DA MEDICINA • Ortopedista sempre se envolveu com a arte e a busca pela cultura

Entre pincéis, bisturis e livros

Realidade e ficção se misturam a tons fortes que não deixam dúvidas de que, por trás das pinceladas, existe uma artista apaixonada. Admiradora do estilo impressionista e adoradora da arte do pintor holandês Vincent Van Gogh, a ortopedista Sonia Nery, definitivamente, não veio ao mundo a passeio.

Nascida no Rio de Janeiro, ela sabia, desde pequena, muito bem o que queria: ser pintora, ou melhor, estar envolvida com a arte. Seus pais a incentivavam, mas a época era difícil. Sustentar a família era ainda mais importante do que deixá-la arriscar-se no universo sonhador das artes.

A medicina foi o caminho escolhido, e o ofício das artes virou um hobby.

– Optei pela ortopedia porque a meticulosidade e a delicadeza dos ossos me faziam lembrar das esculturas e eu só pensava nisso – explica Sonia.

Ela se formou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (atual Unirio), em 1973. Estudou, trabalhou e fez pós-graduação em medicina do trabalho e medicina do trânsito. Foi médica perita por quase 20 anos.

– Também trabalhei por dois anos em um hospital para crianças. Aliás, especializei-me em ortopedia infantil e sempre fui feliz com as minhas escolhas – recorda ela.

Em 2001, finalmente, teve tempo para iniciar a sua graduação na Escola de Belas Artes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, claro, escolheu a pintura como habilitação.

– Meu maior interesse sempre foi adquirir cultura e conhecimento em arte. Na faculdade pude entender a história e os acontecimentos do mundo e era isso o que eu mais queria – frisa.

Logo depois, em 2003, Sonia se aposentou e pôde dedicar-se ao hobby, que virou seu ofício principal.

– Meus quadros refletem a forma como eu vejo o mundo. Trabalho na companhia de mais três artistas e já expus em vários lugares, como na Polônia, onde vendi todas as pinturas que levei, e em Portugal – conta a artista, que também já teve suas obras expostas em eventos do CREMERJ.

Sempre ávida por conhecimento, Sonia não parou por aí. Em 2008, decidiu que era tempo de voltar aos estudos e iniciou o curso de direito, na Universidade Estácio de Sá.

– Acredito que a busca pela cultura deve ser constante. Por isso estou sempre lendo. A inspiração para os meus quadros vem de tudo o que vejo, seja em sites de arte, nas ruas ou nos livros – explicou ela, que mesmo com o seu terceiro diploma em mãos, continua em busca de mais experiência.



SAÚDE PÚBLICA • SES recebeu R\$ 750 milhões no primeiro semestre para um gasto previsto de R\$ 2,1 bilhões

Reduzido o financiamento da Saúde

Em crise financeira desde o ano passado, a situação do sistema público de saúde do Rio de Janeiro parece não ter perspectivas de melhora. Em reunião no dia 5 de julho, na sede do CREMERJ, representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES) informaram que o financiamento do setor foi reduzido desde o início de janeiro. No primeiro semestre, a Secretaria recebeu R\$ 750 milhões, quando estava previsto um gasto de R\$ 2,1 bilhões. Em junho, o repasse do Estado foi de apenas R\$ 25 milhões.

Contrariando a lei complementar 141/2012 (Emenda 29), que obriga o Estado a repassar 12% da arrecadação dos impostos para a Saúde, o governo do Rio tem transferido apenas 4%.

– No final de 2015, o custo mensal da Secretaria girava em torno de R\$ 540 milhões. Mas, por conta da crise, esse valor foi repactuado para cerca de R\$ 200 milhões. Durante três meses o acordo foi mantido, mas no último mês recebemos apenas 12,5% desse montante estabelecido mensalmente. Esse foi o dinheiro com o qual gerimos toda a saúde em junho. O que temos feito é trabalhar para fazer mais com pouco, mas milagre é impossível – declarou o atual subsecretário de Unidades Próprias da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), Charbel Khouri.

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, manifestou preocupação com a assistência médica durante e após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em agosto e setembro.

– A crise existe, mas não podemos permitir que as verbas da Saúde não sejam repassadas. Vamos cobrar do governo do Estado uma posição sobre esses repasses e continuar a lutar pela transferência dos 12% da receita para o Fundo Estadual de Saúde – acrescentou.



Charbel Khouri, Sergio Gama, Pablo Vazquez, Nelson Nahon e Thaísa Guerreiro

UPAs: falta de recursos humanos, medicamentos e insumos

Além dos hospitais estaduais, a falta de financiamento tem impactado diretamente no funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Nos últimos meses, o CREMERJ recebeu dezenas de denúncias de médicos relatando problemas em diversas delas. Segundo as denúncias, os repasses para as Organizações Sociais (OSs) estão atrasados, faltam recursos humanos, medicamentos, insumos e até alimentação para os pacientes.

– Temos uma crise extremamente grave nas UPAs, principalmente nas que são administradas pelo Estado. A falta de financiamento já resultou no fechamento das de São João de Meriti, Cabo Frio e Angra dos Reis. Queremos saber da SES a real situação e qual a proposta para resolver isso – enfatizou o vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon, durante a reunião.

O diretor do CREMERJ Gil Simões relatou uma série de irregularidades encontradas em fiscalizações, den-

tre elas o caso de um paciente crônico na sala amarela da UPA da Tijuca. Internado havia dez dias na unidade, ele aguardava, sem atendimento adequado, a transferência para um hospital. Ele defendeu a criação de mais leitos, o investimento em unidades próprias do Estado e que as UPAs sejam geridas pelo governo estadual, não por OSs.

– O governo precisa ter uma visão em longo prazo da questão, pois as UPAs não resolverão o problema da saúde na rede pública hospitalar. Além disso, o governo deve investir em unidades próprias, criando carreira para os médicos e desvinculando o trabalho temporário, em que o médico é explorado – declarou Simões.

A defensora pública e coordenadora de Saúde e Tutela Coletiva, Thaísa Guerreiro, reforçou o problema da falta de leitos e relatou que o Plantão Judiciário Noturno recebe, por dia, cerca de quatro solicitações de transferência de UPA para leitos de

terapia intensiva. Diante da falta de verbas e de leitos, ela sugeriu uma reorganização do sistema de regulação do Estado, como medida inicial para amenizar o problema.

– Para tentar melhorar a situação, o ideal é começar pela regulação, o que não depende de verba. É inaceitável que o sistema encaminhe o paciente de acordo com a esfera administrativa da unidade e não pelo critério de risco – declarou.

O assessor do secretário estadual de Saúde Sergio Gama adiantou que a Fundação Saúde está se estruturando para assumir quatro UPAs estaduais. Gama também anunciou um planejamento para o aumento de 100 leitos para idosos no Hospital Estadual Eduardo Rabelo.

Participaram da reunião os conselheiros José Ramon Blanco, que também é presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), Erika Reis, Marília de Abreu, Aloísio Tibiriçá e Armino Fernando da Costa.

Reforma do Código de Ética Médica

A sociedade civil organizada, representada por associações médicas, sociedades de especialidade, entidades de ensino médico, e os médicos registrados nos Conselhos Regionais de Medicina poderão sugerir alterações no novo Código de Ética Médica (CEM). As contribuições já podem ser apresentadas por meio do

hotsite www.rcem.cfm.org.br.

Comissões Estaduais de Revisão do Código farão a avaliação prévia das propostas antes de submetê-las à comissão instituída pelo Conselho Federal de Medicina para reformular a edição instituída pela resolução 1.931/09, em vigor desde 2010.

Os trabalhos de revisão do CEM tiveram início em março. Desde então, conselheiros, representantes de entidades e consultores especialistas das áreas de bioética, filosofia, ética médica e direito, dentre outras, reúnem-se periodicamente na sede do CFM, em Brasília (DF), para tratar da atualização.